

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 16

Data: 3 de Maio de 1989

Pg.: _____

Notas e Informações

190

Tempo de voltar atrás

A boa escola diplomática aconselha que, numa negociação difícil, se resolvam primeiramente os problemas sobre os quais o acordo é possível e que não figurem no capítulo das "questões inegociáveis". Os funcionários do Bird e o Departamento de Estado parecem pensar o contrário ao cuidar do relacionamento do Banco e dos Estados Unidos com o Brasil: cuidam de resolver antes de mais nada as "questões inegociáveis" para só então entrar na discussão dos assuntos menores. O resultado dessa visão das coisas só pode ser um: o agravamento das relações do Brasil com as agências internacionais de crédito (solidárias umas às outras) e com o governo norte-americano.

Não que pretendamos dizer que o comportamento do governo brasileiro ao equacionar, internamente, uma série de problemas nacionais com repercussão no Exterior tenha sido exemplo de clareza. A transferência do setor nuclear para a Eletrobrás, sabendo-se que o Banco Mundial tem normas restritivas à concessão de empréstimos para desenvolver energia atômica, é uma prova de que o pensamento isolacionista começou a tomar conta dos setores governamentais afetos à segurança, levando os demais de cambalhota. Da mesma maneira, a falta de apoio efetivo aos órgãos e programas incumbidos de zelar pela preservação da natureza (e são muitos os planos e órgãos) permitiu que se construísse lá fora a imagem de que os brasileiros do século XX são como os espanhóis que desembarcaram no México no século XVI, ou os ingleses que colonizaram as 13 colônias e iniciaram o processo de desmatamento da costa leste dos Estados Unidos.

Um erro não desculpa outro, no entanto. Por isso mesmo, nossos erros não autorizam os organismos internacionais de crédito, menos ainda o Departamento de Estado, a criarem condições propícias ao desenvolvimento do confronto, com sérias conseqüências para a economia e a democracia brasileiras. Analisando as ações dos políticos norte-americanos e dos funcionários do Bird, não há como deixar de pensar na palavra maldita: *conspiração*. Com efeito, ocorre a alguém outra coisa, quando se colocam juntos problemas que a rigor deveriam ser discutidos separadamente, pois um deles pelo menos será sempre visto como "inegociável"? Que se tem em mente quando a ecologia (vale dizer, a Amazônia) passa a ser assunto mundial e direta ou indiretamente se associa à preservação ecológica — das florestas úmidas, bem entendido — à não-proliferação nuclear, e se juntam esses temas candentes ao da dívida externa? A capitulação na boa e devida forma do governo brasileiro, ou criar clima de tensão que conduza a fins imprevisíveis?

Estamos a cavaleiro para fazer tais

perguntas, pois consideramos que a posição do governo brasileiro no tocante à proliferação nuclear é no mínimo de difícil entendimento, por um lado. Por outro, sempre consideramos que o desenvolvimento de programas que objetivem dotar o País da capacidade nuclear (bélica, bem entendido) é inteiramente sem sentido econômico, social e político. Isso não impede reconhecer que é o Congresso Nacional quem deve tomar as decisões pertinentes, e que pretender associar esse tema ao da preservação do meio ambiente em geral é querer ferir intencionalmente a suscetibilidade do grupo militar mais nacionalista que, não por acaso, agora está na Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, que substituiu o Conselho Nacional de Segurança.

Pior do que isso é a estreita associação que se está fazendo nos círculos internacionais entre o problema ecológico e a dívida externa. Em Tóquio se teve uma pequena amostra do que serão as negociações internacionais daqui para a frente, sempre que o devedor tiver áreas territoriais que interessem aos credores, ou parte deles. Evidentemente, se o devedor (como de fato é) chamar-se Estados Unidos e o assunto ecológico em pauta for não florestas úmidas mas chuva ácida que atinge países vizinhos, o problema será tratado com toda a delicadeza que a diplomacia requer e sem o alarde que a Amazônia provoca.

O *imbroglio* que se está montando em torno da Amazônia, de Angra III e da dívida externa não envolve apenas Brasil, Bird e Estados Unidos. Em Tóquio, durante os funerais do imperador Hiroito, o presidente francês e o primeiro-ministro japonês acordaram em discutir conjuntamente os problemas da dívida externa e da ecologia mundial na próxima reunião dos sete grandes industrializados. Fecha-se, assim, o círculo — e o Itamarati e o Ministério da Fazenda doravante terão de discutir ao mesmo tempo energia nuclear, ecologia e dívida externa, sem saber ao certo quais são os parâmetros que inspiram a ação dos industrializados que descobriram que as queimadas na Amazônia são mais danosas para seu gênero de vida do que a progressiva destruição da Floresta Negra pela chuva ácida.

Sem receio de parecer alarmista — e mantendo nossas posições tradicionais de defesa de uma política externa interdependente —, não hesitamos em dizer que a postura da comunidade internacional industrializada coloca o governo brasileiro (de cuja orientação política dissentimos e cuja inabilidade diplomática sempre condenamos) em difícil posição. Difícil porque as negociações para obtenção de empréstimos que são indispensáveis ao desenvolvimento econômico, ao progresso

social e até mesmo — por que não? — à eliminação progressiva da desigualdade na distribuição de renda passam a dizer respeito sempre e em todas as ocasiões a "questões inegociáveis"; de fato, ou na gritante aparência das pressões externas.

Uma última observação, que não será sem dúvida a derradeira neste assunto que marcará a campanha eleitoral e talvez o futuro do Brasil. O governo norte-americano iniciou suas discussões com o Brasil num diapasão uma oitava acima do que seria normal. Deu, assim, a impressão de que pretende jogar aquilo que Theodore Roosevelt dizia ser um "jogo bruto". Na verdade, o presidente Bush e o secretário de Estado Baker parece terem-se deixado levar pela pressão dos *lobbies* ecologistas norte-americanos, sem atentar para o fato de que boa parte da campanha pela preservação da Amazônia (recusamo-nos a entrar no jogo nacionalista, falando em *internacionalização*) obedece a ações concertadas no Exterior para impedir que a exploração racional da imensa área possa permitir ao Brasil usufruir, antes que os desenvolvimentos tecnológicos os tornem obsoletos, dos minerais e minérios de que se tem notícia existem na Amazônia — inclusive, diga-se sem ambages, urânio.

A questão da Amazônia não pode ser tratada por vendedores de disco e patrocinadores de índios, esquecendo-se que a população do Brasil cresce a 1,8 ou 2% ao ano. Nem muito menos pode o governo dos Estados Unidos deixar-se influenciar por grupos de interesse que fazem da preservação da Amazônia a preservação das posições que ocupam no mercado internacional de minerais e minérios. A ação de um desses grupos — um ou vários, sempre é difícil saber — foi denunciada por nós em campanha memorável. Outros devem ter-se associado a aqueles que então denunciávamos para que a ação sobre a Amazônia ganhasse o ímpeto que tem agora e, sobretudo, para que se convencesse o governo dos Estados Unidos e as autoridades do Banco Mundial a colocar no primeiro plano da discussão seu desejo de que o Brasil não construa uma (inútil, aliás) usina atômica, mas também não faça usinas hidrelétricas de porte, nem explore de maneira racional a Amazônia, nessa exploração incluindo-se a ocupação do território pelo Projeto Calha Norte.

É ainda tempo de Washington voltar atrás, evitando que o governo brasileiro, pressionado internamente pelos militares nacionalistas e externamente por uma propaganda mal-intencionada, se veja colocado contra a parede. A lição da Segunda Guerra Mundial, quando a doutrina da rendição incondicional impediu um fim mais rápido das hostilidades, deve ser lembrada neste momento.